

ONE OUTPUT, TWO PROCESSES

UM OUTPUT, DOIS PROCESSOS

Luiz Carlos SCHWINDT

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

RESUMO

Neste artigo tratamos de outputs convergentes em gramática considerando dois processos variáveis do português brasileiro que se superficializam com desnasalização final. Assumindo a necessidade de formalização para explicitar o fenômeno de convergência de outputs, problematizamos sua análise na perspectiva de regras e de restrições.

ABSTRACT

This paper addresses converging outputs in grammar considering two variable processes of Brazilian Portuguese that show final denasalization on the surface representation. Assuming the need of formalization to explain convergence of outputs, we discuss this phenomenon from the perspective both of rules and constraints.

PALAVRAS-CHAVE

Outputs convergentes. Desnasalização. Concordância verbal.

KEYWORDS

Converging outputs. Denasalization. Verbal Agreement.

Introdução

Neste texto propomos uma reflexão sobre fenômenos variáveis que permitem mais de um percurso analítico, isto é, estruturas comuns de superfície que podem corresponder a diferentes processos – ao que rotularemos, por convenção, como *outputs convergentes* (OC).

Um caso bastante característico de OC, em português brasileiro (PB), é o de outputs que apesentam desnasalização de ditongos em final de palavra (DF), exemplificado em (1).

- (1) Eles pedem / pedi ajuda.

Esse fenômeno, que tem como produto de superfície um vocábulo com redução da nasalidade em posição final átona, pode ser analisado a partir de, pelo menos, duas hipóteses: uma morfossintática, que diz respeito à realização variável da marca de concordância verbal; outra fonológica¹, que concerne ao apagamento do segmento nasal numa posição caracteristicamente fraca. A primeira hipótese está presente em estudos como os de Guy (1981), Naro (1981) e Scherre; Naro (1998), ao passo que a segunda hipótese conduz as investigações de Battisti (2002), Bopp da Silva (2005), Schwindt; Bopp da Silva (2010), entre outros.

No âmbito da variação linguística, há diferentes modos de se explorar essa ambiguidade no que se refere à definição da variável dependente e das variáveis independentes envolvidas. No caso de se assumir a primeira hipótese analítica, a de fenômeno morfossintático, a variável dependente será caracterizada como *sem marca de concordância* x *com marca de concordância*, e aspectos de natureza fonológica podem ser incluídos no elenco das variáveis independentes responsáveis pela desnasalização resultante. No caso de se admitir que se trata de fenômeno fonológico, a segunda hipótese, a variável dependente será definida como *sem nasalidade final* x

¹ Empregamos o termo *fonológico* também para cobrir fenômenos que alguns autores rotulam como *fonéticos*, por não julgarmos necessária essa distinção para fins da discussão desenvolvida neste texto.

com nasalidade, e propriedades de concordância podem ser incluídas no rol de variáveis independentes.

Há bons argumentos para ambas as hipóteses mencionadas. No primeiro caso, o principal argumento é o de que há redução em formas verbais irregulares, como está ilustrado em (2), em que não se observa tão somente apagamento da nasalidade, mas substituição de uma forma no plural por uma forma no singular.

(2) Eles foram/foi plantar cana.

O argumento para a segunda hipótese não é menos forte. Outras palavras da língua, que não verbos, também estão sujeitas à redução da nasalidade final, em moldes aparentemente semelhantes aos da redução sofrida pelos verbos, mas sem qualquer envolvimento com processos de concordância, como se vê em (3).

(3) Eles não cederam à chantagem/chantage.

Três perguntas emergem naturalmente dessa ambiguidade, uma metodológica, outra de caráter descritivo e uma terceira, de cunho explicativo:

(i) do ponto de vista quantitativo, as diferenças apontadas para a variável dependente têm reflexos importantes, isto é, chegamos a resultados distintos a partir da proposição de um ou de outro processo/regra?²

(ii) do ponto de vista descritivo, podemos dizer que as duas análises informam coisas distintas, isto é, estamos diante de dois processos ou regras diferentes?;

² O termo regra será usado aqui, em alguns pontos do texto, numa perspectiva mais geral, que se refere sobretudo à ideia laboviana de *regra variável* (duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa). Do ponto de vista formal, contudo, entendemos como necessária uma distinção entre regras e restrições, como estabelecemos na seção 3.

(iii) do ponto de vista explicativo, podemos afirmar que essas duas hipóteses cabem na mesma formalização? podemos falar em um *design* de gramática mais adequado do que outro para comportar a análise de OC?.

Uma resposta precisa à primeira questão pode ser fornecida a partir de diferentes testes estatísticos, mas pode-se dizer de modo geral que, se bem mapeados os grupos de fatores que correspondem às variáveis independentes, a expectativa é que se chegue a resultados semelhantes por um ou por outro caminho. Disso trataremos na seção 1.

A ênfase da discussão que promovemos aqui, contudo, recai sobre a segunda e a terceira questões. O que se defende é que estamos tratando de processos bastante distintos em cada uma dessas hipóteses, que possuem condicionadores distintos, mas que podem inclusive se sobrepor, já que possuem alvos em comum, o que faz com que se confundam na superfície da língua. Tratamos disso na seção 2, caracterizando de modo particular o fenômeno de DF em português, comparando-o a outros fenômenos sujeitos à semelhante problematização.

Além disso, sustentamos que as duas hipóteses referidas conduzem a explicações bastante distintas do ponto de vista formal, mas que podem ser conciliadas em termos de modelagem da gramática. Nesse sentido, discutimos, na seção 3, como abordagens de regras, como a da *Lexical Phonology and Morphology* (LPM), proposta inicialmente por Kiparsky (1982) e Mohanan (1982), e abordagens de restrições, como a *Optimality Theory* (OT), proposta por McCarthy; Prince (1993) e Prince; Smolensky (1993), lidam com o problema de convergência de outputs.

1. Aspectos metodológicos da análise quantitativa de OC

Na investigação de fenômenos variáveis estamos habituados a construir análises a partir da definição da variável dependente e de variáveis independentes, em geral de natureza linguística e social.

Contudo, como afirmam Guy; Zilles (2007:76), “o que é dependente ou independente não é dado por métodos estatísticos, mas pelos pressupostos e teorias do pesquisador. Por isso, às vezes é esclarecedor testar esses pressupostos, explorando possíveis relações alternativas de dependência entre as variáveis sob investigação.”

Na análise de OC a decisão sobre a variável dependente é crucial para se definir o recorte dos dados a serem analisados e para definição das variáveis independentes (grupos de fatores) a serem exploradas. Para ilustrar, recuperamos o fenômeno de DF em PB. Esse fenômeno pode ser investigado a partir de pelo menos duas diferentes variáveis dependentes, uma de caráter morfossintático, que atribuí, por exemplo 1 (aplicação) à omissão da marca morfológica de concordância verbal e 0 (não aplicação) à sua realização; outra de caráter fonológico, que poderia atribuir 1 à não realização da marca de nasalidade em final de palavra átono e 0 à sua realização.³ Grande parte dos dados a serem investigados são comuns a essas duas análises, mas outra porção deles é bastante diferente, ficando na dependência das hipóteses explicativas para o fenômeno. No caso de entendermos a variável dependente como a realização/não realização da marca de concordância verbal⁴, não faz sentido analisarmos nomes, por exemplo. Assim, formas como *homem* ~ *bomi*, *chantagem* ~ *chantagi*, *órgão* ~ *órgu* estão completamente excluídas da análise. Por outro lado, se entendermos a variável dependente como puramente fonológica, incluiremos os nomes, mas formas como *vieram* ~ *veio*, *fizeram* ~ *fez*, *trouxeram* ~ *trouxe* têm poucas chances de poderem ser explicadas como apagamento de nasalidade, e estarão fadadas a ficarem de fora da análise neste caso.

³ Nada impediria, evidentemente, que invertêssemos essa ordem, e considerássemos aplicação do fenômeno a realização das marcas e não aplicação sua não realização, como fazem Naro (1981) e Scherre; Naro (1998).

⁴ Quando falamos em *variação de concordância*, estamos imaginando, em princípio, o apagamento da marca de plural, mais do que sua possível não realização. Isso se deve ao fato de assumirmos a perspectiva de inputs plenamente especificados nesta análise, isto é, admitimos que o morfema de número-pessoa está subjacentemente associado ao seu expoente fonológico, a consoante nasal: não realizá-lo é apagá-lo, portanto.

As variáveis independentes linguísticas também não se definirão igualmente se assumida uma ou outra dessas variáveis dependentes - embora muitas delas possam ser comuns, sobretudo se trabalhamos com a ideia de que os condicionadores podem provir de diferentes lugares da gramática. É o caso da análise que fazem Scherre; Naro (1998) ao considerarem fatores associados à maior ou menor saliência fônica no estudo da concordância: ainda que estejam investigando concordância verbal, um fenômeno de caráter morfossintático, buscam condicionamento fonológico para explicá-lo. É também o que fazem Schwindt; Bopp da Silva; Quadros (2012) ao analisarem a distância do sujeito em relação ao verbo alvo do apagamento da nasal final: apesar de estarem investigando um fenômeno fonológico relacionado a enfraquecimento de determinada posição na palavra, buscam condicionamento morfossintático para explicá-lo.

Em princípio, sem nos arriscarmos em investigações estatísticas mais sofisticadas, afora as exclusões de contexto da variável dependente a que nos referimos, podemos responder da seguinte forma à pergunta (i), formulada na introdução: se equiparadas as variáveis independentes, não se espera que a análise quantitativa leve a uma descrição diferente dos condicionadores responsáveis por um ou por outro recorte, ficando a caracterização linguística do fenômeno em certa medida descoberta nessa perspectiva.

2. Caracterização de DF e a hipótese de OC

Nesta seção procuramos caracterizar de forma mais precisa o que entendemos por OC, a partir da discussão das propriedades de DF enquanto processo morfossintático, de um lado, e fonológico, de outro.

Segundo Scherre; Naro; Cardoso (2007), enquanto fenômeno morfossintático, a variação da concordância verbo-sujeito na terceira pessoa gramatical plural é controlada destacadamente pelas variáveis *saliência fônica*, *traço semântico do sujeito* e *posição do sujeito*. As últimas duas variáveis imprimem inquestionável feição sintática ao fenômeno, já que

se constituem na dependência da relação entre dois termos da oração. A variável *saliência fônica*, por outro lado, tem caráter fonológico, definindo-se, segundo Naro (1981) e Scherre; Naro (1998) a partir de dois critérios combinados, *presença ou ausência de acento na desinência* e *quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural*. A escala de saliência fônica compreende dois níveis, segundo os autores, um referente à oposição não acentuada e outro àquela em que ao menos um dos membros é acentuado, divididos internamente de acordo com o *volume* da mudança fonética atestada na passagem do singular para o plural. Adaptamos, a seguir, de Scherre; Naro (1998:3-4), exemplos da escala de saliência fônica, num recorte próprio à problematização proposta neste texto.

- | | | | |
|-----|---------|----|--------------------|
| (4) | Nível 1 | a. | conhece / conhecem |
| | | b. | ganha / ganham |
| | | c. | diz / dizem |
| | Nível 2 | a. | tá / tão |
| | | b. | bateu / bateru |
| | | c. | veio / vieram |
| | | | é / são |

Podemos observar que os dados cobertos pelas categorias 1a e 1b da escala exemplificada em (4) se sobrepõem em termos de outputs, considerando-se o contexto átono para aplicação do processo e o apagamento apenas do segmento nasal (passível de comparação ao apagamento que ocorre em nomes).

Enquanto processo fonológico, Battisti (2002) e Schwindt; Bopp da Silva (2010) apontam como principais condicionadores da redução da nasalidade em ditongos átonos de final de palavra a *classe gramatical*, o *contexto seguinte* e a *consoante do onset*. Vamos orientar nossa discussão aqui a partir do condicionamento morfológico, em função do tanto que essa variável pode dizer sobre localização de regras na gramática. O processo atinge nomes e verbos, mas tem preferência por nomes

(cf. Schwindt; Bopp da Silva; Quadros, 2012). No âmbito dos nomes, apresenta duas características peculiares: aplica-se mais a formas terminadas em *gem* e é mais recorrente em determinados substantivos (como *homem* ou *viagem*). No âmbito dos verbos, é preponderantemente mais recorrente no perfeito do indicativo.⁵ Essa distinção entre nomes e verbos poderia sugerir que se trata de dois processos completamente distintos, um para cada classe de palavra - sendo o processo que atinge os verbos morfossintático, concernente à variação de concordância. Essa conclusão, porém, é precipitada, já que, como vimos, a regra variável de concordância não se restringe a reduzir a nasalidade numa posição átona, mas envolve inclusive substituição de uma forma verbal com terminação tônica por outra (ex. *tão/tá*) ou de uma com terminação átona por outra do paradigma com terminação tônica (ex. *diçem/diçẽ*). Tais outputs não seriam esperados de um processo fonológico que se acredita justamente motivado pela vulnerabilidade de uma posição fraca (cf. Battisti, 2003). Observamos aí, então, uma relação assimétrica: há um processo morfossintático mais específico que só atinge verbos e há um processo fonológico que atinge verbos e nomes. Paradoxalmente à tarefa da regra morfossintática, a aplicação da regra fonológica em verbos parece sofrer algum controle, visando à preservação do segmento nasal que, isoladamente, é expoente do morfema indicador de número-pessoa - razão por que se aplica mais a nomes.⁶ Uma forte evidência disso (cf. Schwindt; Bopp da Silva; Quadros, 2012) está no fato de o processo se aplicar preponderantemente ao perfeito do indicativo, único tempo verbal cuja marca parece não depender exclusivamente da nasal (ex. *cant+a+ram*), segundo propõem Mateus; D'Andrade (2000).

⁵ Schwindt; Bopp da Silva; Quadros (2012) constataram aplicação acima do ponto neutro também para o imperfeito do subjuntivo, ainda que com números ligeiramente mais baixos do que para o perfeito. O número muito baixo de dados desse tempo verbal na amostra, contudo, não permite conclusões acerca de efetivo favorecimento nesse caso.

⁶ Não é nosso propósito neste texto avaliar a preservação de morfemas do ponto de vista de uma hipótese formalista ou funcionalista. Para isso, sugerimos ver Guy (1996) e Schwindt (2012, 2014).

No âmbito dos nomes, não se percebe qualquer visibilidade de limites morfológicos: nomes terminados no sufixo *-agem* (ex. *camaradagem*) ou na sequência fonética *gem* incorporada à raiz sincrônica (ex. *chantagem*) comportam-se da mesma forma. A aplicação maior em nomes com essa terminação deve-se à variável *consoante do onset*, já que o processo privilegia contextos de ditongo precedido por consoante palatal tanto para nomes quanto para verbos (cf. Schwindt, 2012). Em relação aos nomes recorrentes, sua retirada da rodada geral não altera o resultado proporcionalmente, o que nos leva a desconsiderar, por ora, o fator frequência, ainda que reconheçamos que essa variável suscita outros desdobramentos. Assim, a regra fonológica a que nos referimos, afóra o fato de evitar apagar expoentes isolados de morfemas flexionais – o que exige alguma reflexão mais sofisticada sobre acesso à morfologia interna da palavra –, possui feições de uma regra bastante geral, que parece se aplicar independentemente da regra variável de concordância verbal.

A comparação de DF com outros processos variáveis da língua, particularmente o apagamento de *s* no sintagma nominal (cf. Scherre, 1978 e trabalhos subsequentes, entre outros autores) e o apagamento de *r* em final de verbos (cf. Callou et al., 1996; Monaretto, 1997, entre outros) pode trazer luz adicional para o entendimento da hipótese de OC.

Assim como ocorre na concordância verbal, a marca de plural também pode não se superficializar em sintagmas nominais (ex. *as casa*∅ *amarela*∅). Há evidências fortes para se sustentar uma hipótese morfossintática neste caso, já que esse apagamento está sujeito a restrições como a de manter a marca de plural no primeiro elemento e de, apagando a marca do segundo, apagar também a do terceiro, o que sugere que a decisão sobre o processo é, nesse caso, baseada na exigência de concordância. Além disso, embora se ateste em PB o apagamento de *s* também em contextos que não os de concordância, como em palavras em que o *s* fecha a raiz (ex. *depoi*∅ ~ *depois*) ou se situa em codas internas (ex. *me*∅*mo* ~ *mesmo*), esse processo, diferentemente do que ocorre em variedades

do espanhol, (cf. Poplack, 1980), apresenta índices muito tímidos de aplicação. De toda forma, caso o processo se amplie, poderemos estar diante de um caso típico de OC, semelhante a DF, já que os vocábulos atingidos pela regra variável de concordância são potenciais candidatos também à regra fonológica de enfraquecimento final, de caráter mais geral.

Outro processo variável bastante produtivo em PB, e que contribui para essa discussão, é o de apagamento de *r* em final de palavra. Esse processo atinge verbos (ex. *anda*∅ ~ *andar*) e, com menor frequência, outras classes (ex. *co*∅ ~ *cor*; *qualque*∅ ~ *qualquer*). O apagamento de *r* nos verbos é generalizado no PB e, ainda que sujeito a controle de registro, sofre pouca influência de variáveis sociais, ao passo que em não verbos, quando ocorre, tem maior predominância em certas localidades (sobretudo naquelas que realizam o *r* em coda com uma variante glotal) e parece ser condicionado por fatores sociais (como escolaridade, por exemplo). Não é o caso aqui de falarmos em uma regra morfossintática e outra fonológica, como nos exemplos anteriores, já que a motivação para apagamento em formas verbais parece se localizar no âmbito da fonologia. Trata-se, ao contrário, de uma regra de apagamento condicionada ao domínio do acento, que é licenciada nos verbos de forma mais preponderante porque a informação veiculada pelo expoente do morfema verbal está categoricamente contida na vogal acentuada que o precede - uma marca distintiva no paradigma verbal. Outra característica que sugere que essa regra não tem condicionamento morfossintático é o fato de que sua aplicação não distingue, em princípio, formas infinitivas (ex. *quero comprar*) de formas de futuro do subjuntivo (ex. *quando eu comprar*), já que nos dois casos a vogal temática é igualmente acentuada; tampouco deve, no caso dos verbos, ser fortemente influenciada pelo som que inicia a palavra seguinte.⁷

⁷ A hipótese de OC não está completamente descartada nesse caso, se considerarmos que estão em jogo duas regras fonológicas, uma que dialoga com a morfologia e atinge os verbos, e outra mais superficial e mais geral, capaz de atingir a coda final dos nomes e codas internas. Não temos evidências suficientes para essa conclusão, contudo, e restringimos, neste momento, nossa abordagem de OC a regras que possuem uma face morfossintática e uma face fonológica.

A reflexão que fizemos nessa seção permite-nos responder à questão (ii), proposta inicialmente, da seguinte forma: a caracterização da abrangência de um processo morfossintático, de um lado, e de um processo fonológico, de outro, constitui evidência em favor da hipótese de convergência de outputs a partir de duas regras. A caracterização de DF em PB permite considerá-lo, portanto, um caso de OC.

3. OC e a arquitetura da gramática

Nesta seção propomos uma reflexão sobre a formalização da hipótese de OC a partir do fenômeno de DF em PB. Nosso objetivo não é o de discutir modelagem de variação em gramática, nem mesmo formalização de regras ou restrições em particular; pretendemos tão somente problematizar de maneira ampla a concepção que modelos como a LPM e a OT têm para processos distintos que convergem para um só output.

Reapresentamos, a seguir, os exemplos já tratados anteriormente numa síntese que relaciona tipos de outputs possíveis para DF e mostra sua convergência em nível de superfície no PB.

(5)

Processo/regra variável	Outputs independentes	Outputs comuns
Concordância verbal	a. foram ~ foru	c. foram ~ foru ^{7a}
Redução da nasalidade	b. homem ~ homi	

^{7a} Não incluímos aqui a variante for[ũ], por não ser resultado de desnasalização, mas apenas de redução do ditongo, tendo sido considerada não aplicação nas análises de Battisti (2002) e Schwindt; Bopp da Silva (2010). Do ponto de vista morfossintático, se considerarmos que a marca de concordância é instanciada pela nasalidade, esse caso também não ilustra o fenômeno de variação de concordância. Um output apenas com apagamento da nasalidade, mas com a manutenção do ditongo, do tipo for[aw], poderia ser evidência de aplicação apenas do processo morfossintático, mas não é atestado em PB, em função possivelmente do ordenamento entre redução do ditongo e redução da nasalidade (cf. Guy, 1981).

Em (5), como afirmamos anteriormente, estamos diante de uma relação de subconjunto que revela traços da organização da gramática do PB: (5a) é um processo mais restrito do que (5b). Do olhar da coluna de outputs independentes, numa perspectiva derivacional, bastaria se definirem os contextos para que se desse conta de sua distribuição complementar. A última coluna, porém, revela um output comum, (5c), que se encaixa em qualquer um dos dois processos. Como lidar com isso em um modelo como a LPM? Um dos caminhos analíticos, o assumido por Guy (1991), ao tratar do apagamento de *t/d* em inglês, é o de se postular, no caso de DF, que formas como (5c) se sujeitam aos dois processos, isto é, formas verbais menos salientes como as de (5a) têm contexto apenas para aplicação da primeira regra, formas nominais como as de (5b) se sujeitam apenas à segunda regra, mas formas verbais como as de (5c) se sujeitam às duas regras. Se consideradas duas regras distintas, como propomos aqui, nada precisa ser estipulado; o ordenamento se define pelas propriedades do léxico: a regra mais específica se aplica primeiro, por força de *Elsenhère Condition* (cf. Kiparsky, 1973), num ponto da gramática em que colchetes morfológicos são visíveis, e a regra mais geral se aplica ao output do primeiro processo.⁸

Há muitas questões implicadas nessa análise que não são contempladas aqui, não por sua pouca importância, mas por limitações de espaço e porque não invalidam a hipótese de estratificação lexical aventada. Entre essas questões está o paradoxo de ordenamento entre sintaxe e léxico, já que a regra variável de concordância precisa ser lexical para enxergar os domínios morfológicos, mas necessita de informação sintática, pós-lexical, para se processar. Também fica em descoberto a problematização das particularidades de DF frente à hipótese exponencial defendida por Guy (1991), segundo a qual se espera que as formas que se submetem mais vezes a um processo na gramática sejam também aquelas para as quais se atestam taxas mais altas de aplicação desse processo – o que

⁸ Se admitirmos que, em determinados casos, a vogal que resulta de DF herda traços do glide do ditongo reduzido (ex. *fora*[*m̃*] → *for*[*u*]; *pede*[*j̃*] → *ped*[*i*]), temos evidência adicional para ordenamento dos processos convergentes discutidos neste texto. Essa questão não é, porém, tácita, ficando na dependência de maior detalhamento fonético desses segmentos.

observamos no domínio dos verbos, mas não na relação nomes/verbos em DF.⁹

Modelos baseados em regras, como a LPM, enfatizam processos sem se preocupar centralmente com os alvos comuns desses processos. Assim, apagamento, epêntese ou metátese, por exemplo, são vistos como expedientes independentes da gramática, ainda que possam concorrer para um mesmo objetivo - o de simplificar uma estrutura silábica, por exemplo. Por isso mesmo, nessa perspectiva teórica podemos falar de dois processos completamente distintos que alcançam outputs idênticos, mas que permanecem separados na gramática. Em OT isso é visto diferentemente: o processo utilizado para se alcançar um determinado alvo é produto de conspiração de diferentes restrições da gramática. Em termos mais específicos, podemos dizer que a OT privilegia a *homogeneidade do alvo* apesar da *heterogeneidade do processo* (cf. McCarthy, 2002:25-26). Isso não quer dizer, contudo, que a OT não faça, num caso como o de DF, distinção entre o processo morfossintático e o fonológico, mesmo porque há, como vemos em (5), um ponto em que esses processos não convergem. Essa distinção será feita, porém, a partir da definição de restrições que competem em um ranking capaz de alcançar satisfatoriamente os outputs (5a) e (5b). Mas o que dizer de (5c)? Há duas respostas possíveis aqui. Postulemos uma restrição A (ou um conjunto de restrições), responsável pela variação de concordância, e uma restrição B, responsável pela variação fonológica.¹⁰ A primeira

⁹ Guy (1991), ao tratar do apagamento de *t/d* em inglês, considera, a rigor, uma só regra que se aplica duas vezes: uma em nível mais profundo, em que há acesso à morfologia, e outra em nível mais superficial. A primeira rodada dessa regra atinge monomorfemas e a segunda, monomorfemas novamente e verbos regulares. Isso aumenta as chances de apagamento em monomorfemas, o que de fato se atesta empiricamente. Consoante a essa hipótese, contudo, é a observação de Naro; Scherre (1998), que, no âmbito dos verbos, também encontraram menos concordância com os menos salientes, justamente os sujeitos à hipótese de OC.

¹⁰ Tendo em vista que admitimos *apagamento* nos dois processos convergentes de que tratamos aqui, devemos considerar conjuntamente tudo o que limita a regra, no caso da LPM (contexto de aplicação, regras vizinhas, nível do léxico etc.), ou a restrição, no caso da OT (restrições relacionadas a MAX no ranking, possíveis relações de estringência dentro da família MAX etc.). Em nosso entendimento, é esse conjunto de regras/restrições articuladas que garante a interpretação de processos distintos.

possibilidade de análise é considerá-las ordenadas uma em relação à outra e dizer que (5c) é produto da satisfação à restrição mais alta – a mesma que dá conta de um dos dois outputs em distribuição complementar. A segunda possibilidade, empiricamente mais plausível, é considerar que essas restrições não estão ordenadas, e que (5c) é, portanto, produto da satisfação às duas restrições.

Questões residuais, ainda que não centrais à tese mais geral que defendemos, também estão presentes aqui, como as que dizem respeito ao tratamento de restrições não ordenadas para lidar com fenômenos de variação, ou mesmo da forma como se constitui um ranking em que restrições morfossintáticas dialogam diretamente com restrições fonológicas.

Exercitando uma resposta à questão (iii), levantada na introdução, a discussão que firmamos neste texto pode conduzir à impressão de que o tratamento de OC oferecido pela LPM e pela OT, salvaguardados os limites formais, nos fazem chegar ao mesmo lugar. Pensamos, porém, que isso não passa de uma impressão. Na análise derivacional, na perspectiva que assumimos, se considerarmos que a regra morfossintática se aplicou a (5c), não há mais contexto para a aplicação da regra fonológica mais tardia. Nesse sentido, (5c) não é produto de duas regras, mas de uma ou de outra regra. Na análise da OT, na hipótese de restrições não ordenadas, (5c) pode ser entendido como produto conjunto dos dois processos ou, pelo menos, da relação dessas restrições não ordenadas com uma restrição que dá conta do apagamento.

4. Considerações finais

Neste texto, defendemos a ideia que rotulamos como *outputs convergentes* para tratar do fenômeno de desnasalização final em PB, isto é, sustentamos que o processo morfossintático que dá conta da realização variável da concordância verbal na língua se diferencia do processo fonológico que dá conta da redução da nasalidade em posição átona

de final de palavra, mas que esses processos, em dado subconjunto, redundam em formas ambíguas superficialmente. A principal evidência para essa hipótese está na distribuição e na abrangência dos outputs alcançados por esses processos.

OC é um fenômeno que demanda modelagem formal para se explicitar, já que não é detectável na superfície. Abordagens derivacionais, como a da LPM, permitem enxergar com grande clareza a relação de subconjunto que se estabelece entre as regras envolvidas em OC, mas são menos eficazes na demonstração do efeito conjunto das restrições que dão conta da convergência dos efeitos fonéticos de superfície, como faz a OT.

Agradecimentos

Agradeço a Raquel Chaves e Gisela Collischonn pela generosa leitura dos originais e por suas sugestões. Os eventuais equívocos são, contudo, de minha inteira responsabilidade.

Referências

BATTISTI, E. **A redução dos ditongos nasais átonos**. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (Ed.) *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. **Ditongos nasais em sílaba átona e fidelidade posicional**. In: COLLISCHONN, G.; HORA, D. (Ed.) *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2003.

BOPP DA SILVA, T. **A redução da nasalidade em ditongos de sílaba átona em final de vocábulo entre falantes bilíngues e monolíngues do Rio Grande do Sul**. 2005. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CALLOU, D. et al. **Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil**. In: KOCH, I. (Ed.). Gramática do Português Falado. Campinas, UNICAMP, v. VI, p. 465-493, 1996.

GUY, G. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of the phonology, syntax and language history. 1981. Tese de Doutorado. Universidade da Pennsylvania.

_____. **Explanation in variable phonology: an exponential model of morphological constraints**. Language Variation and Change. 3, p. 1-22, 1991.

_____. **Form and function in Linguistic Variation**. In: GUY et al. (Ed.) Current Issues in Linguistic Theory 127, p. 221-252, 1996.

GUY, G.; ZILLES, A. M. S. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KIPARSKY, P. **'Elsewhere' in phonology**. In: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (Ed.) A Festschrift for Morris Halle, Holt, Reinhart, and Winston, New York, 1973. p. 93-106.

_____. **Lexical morphology and phonology**. In: YANG, S. (Ed.) Linguistic in the morning Calm. Seoul: Hanshin Publishing Co. p. 3-91, 1982.

MATEUS, M.; D'ANDRADE, E. **The phonology of Portuguese**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MCCARTHY, J. **A Thematic Guide to Optimality Theory**. Cambridge University Press, 2002.

MCCARTHY, J.; PRINCE, A. **Prosodic Morphology I**: constraint interaction and satisfaction. ms., University of Massachusetts, Amherst and Rutgers Univ., 1993.

MOHANAN, K. P. **Lexical phonology**. Doctoral dissertation, 1982. MIT.

MONARETTO, V. N. **Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica**. 1997. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NARO, A. J. **The social and structural dimensions of a syntactic change**. *Language*. LSA. 57(1), p. 63-98, 1981.

POPLACK, S. **The notation of the plural in Puerto Rican Spanish: Competing restraints on /s/ deletion**. In: LABOV, W. (Ed.) *Locating language in time and space*. New York: Academic Press, p. 55-67, 1980.

PRINCE, A. S.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar**. ms, Rutgers University e University of Colorado-Boulder, 1993.

SCHERRE, M. M. P. **A regra de concordância de número no sintagma nominal em português**. Dissertação de Mestrado, 1978. PUC, Rio de Janeiro.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. **Sobre a concordância de número no português falado do Brasil**. In RUFFINO, G. (Ed.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. 5, p. 509- 523, 1998.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; CARDOSO, C. R. **O papel do tipo de verbo na concordância verbal no português brasileiro**. *D.E.L.T.A.* 23, esp., p. 283-317, 2007.

SCHWINDT, L. C. **Condicionamento morfológico em fenômenos fonológicos variáveis do PB.** Letras & Letras. Uberlândia: Editora da UFU, p. 115-127. 2012.

_____. **O acesso à morfologia por processos fonológicos variáveis e a arquitetura da gramática.** Cadernos de Estudos Linguísticos UNICAMP. v. 56, p. 23-43, 2014.

SCHWINDT, L. C.; BOPP DA SILVA, T. **Panorama da redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil.** In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Ed.). Português do Brasil: variação fonológica. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 13-33, 2010.

SCHWINDT, L. C.; BOPP DA SILVA, T.; QUADROS, E. S. **O papel da morfologia na redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil.** In: LEE, S-H. (Ed.) Vogais além de Belo Horizonte, UFMG, 2012. www.letras.ufmg.br/site/e-livros/VogaisalemdeBh2012.pdf.

Recebido em 19/02 e aceito em 30/03.